

ANIDRO DO BRASIL EXTRAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 66.715.459/0001-80

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2022

A companhia desenvolveu o GRI Sustentabilidade, que engloba histórico da empresa, dos negócios, suas unidades fabris, a performance financeira, aspectos de sustentabilidade e de ESG, assim em atendimento ao artigo 133 da Lei 6.404/76, a companhia tem por prática preparar o Relatório da Administração e Sustentabilidade e o reporta separado. Portanto atende ao requerido pela Lei 6.404/76 ao não apresentar o relatório de administração em conjunto com o Parecer da auditoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2022 E 2021 (Em milhares de reais)				
ATIVO	Nota	2022	2021	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.395	10.031	
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	878	
Contas a receber de clientes	6	2.160	5.690	
Estoques	7	21.539	12.460	
Adiantamentos a fornecedores	1.385	2.301		
Ativo biológico	8	1.457	5.020	
Impostos e contribuições a recuperar	9	7.839	6.629	
Outros ativos		3.388	2.732	
Total do ativo circulante		41.163	45.741	
Não circulante				
Impostos e contribuições a recuperar		-	259	
Depósitos judiciais		2	39	
Investimento	10	673	523	
Imobilizado	11	97.751	89.443	
Direito de uso	12	1.170	850	
Intangível	13	13.532	10.519	
Total do ativo não circulante		113.128	101.633	
Total do ativo		154.291	147.374	
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores	14	3.626	6.032	
Empréstimos e financiamentos	15	17.984	26.179	
Salários, provisões trabalhistas e encargos sociais		727	1.328	
Impostos e contribuições a recolher		1.242	4.481	
Parcelamentos de tributos	16	1.648	2.234	
Adiantamentos de clientes	17	15.311	615	
Passivo de arrendamento	18	539	952	
Dividendos a pagar		-	1.951	
Outras contas a pagar		538	426	
Total do passivo circulante		41.615	44.198	
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	15	14.748	6.305	
Parcelamentos de tributos	16	838	2.205	
Partes relacionadas	20	19.141	15.803	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	11.644	13.484	
Passivo de arrendamento	18	631	159	
Outras contas a pagar		-	1.445	
Total do passivo não circulante		47.002	39.401	
Patrimônio líquido	22			
Capital social		44.306	44.306	
Reserva legal		1.067	885	
Ajustes de avaliação patrimonial		10.592	10.820	
Reserva de subvenção		4.063	-	
Reserva de lucros		5.646	7.764	
Total do patrimônio líquido		65.674	63.775	
Total do passivo		88.617	83.599	
Total do passivo e patrimônio líquido		154.291	147.374	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)							
		Capital social	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros	Reserva de Subvenções	Lucros/Prejuízos acumulados
Saldo em 1º de janeiro de 2021							
Aumento de Capital - AGE 25 de novembro de 2021							
(-) Baixa líquida do hedge de fluxo de caixa - contrato anterior							
Realização do custo atribuído							
Resultado do exercício							
Destinações: Reserva legal							
Dividendos mínimos obrigatórios							
Reserva de lucros a realizar							
Saldo em 31 de dezembro de 2021							
Realização do custo atribuído							
Resultado do exercício							
Destinações: Reserva legal							
Dividendos mínimos obrigatórios							
Reserva de subvenções							
Reserva de lucros a realizar							
Saldo em 31 de dezembro de 2022							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)											
	Nota	2022	2021			Nota	2022		2021		
Fluxo de caixa das atividades operacionais											
Resultado do exercício											
Ajustes: Depreciação e amortização											
Residual de baixas do imobilizado e intangível											
Resultado de equivalência patrimonial											
Juros e variações cambiais não realizadas											
Juros sobre passivo de arrendamento											
Provisão para perdas de crédito esperadas											
Ganho s/crédito ICMS - Pis e Cofins											
Instrumentos financeiros derivativos											
Imposto de renda e contribuição social diferidos											
Reintegra											
Subvenções e doações											
Crédito Extemporâneo de Pis e Cofins											
Valor justo do ativo biológico											
(Aumento) redução nos ativos											
Contas a receber de clientes											
Estoque											
Adiantamentos a fornecedores											
Impostos e contribuições a recuperar											
Depósito judicial											
Outros ativos											
Aumento (redução) nos passivos											
Fornecedores e outras contas a pagar											
Salários, provisões trabalhistas e encargos sociais											
Impostos e contribuições a recolher											
Parcelamentos de tributos											
Fluxo de caixa das atividades operacionais											
Adiantamentos de clientes											
Outras contas a pagar											
Juros sobre pagamento de empréstimos e financiamentos											
Imposto de renda e contribuição social pagos											
Fluxo líquido gerado pelas atividades operacionais											
Caixa líquido das atividades de investimentos											
Aquisição do ativo biológico - Planta portadora											
Aquisição de investimento											
Aquisições do imobilizado											
Aplicações no intangível											
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos											
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos											
Captação de empréstimos e financiamentos intercompany											
Captação de empréstimos e financiamentos											
Pagamento de empréstimos e financiamentos											
Pagamento de passivo de arrendamento											
Aumento de capital social em moeda corrente											
Dividendos pagos											
Caixa líquido (proveniente das) gerado pelas atividades de financiamentos											
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa											
Variação do caixa e equivalentes de caixa											
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício											
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício											
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa											

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma				
	Nota	2022	2021	
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021				
Receita líquida				
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados				
Lucro bruto				
Despesas com vendas				
Administrativas e gerais				
Outras receitas (despesas) operacionais				
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos				
Receitas financeiras				
Despesas financeiras				
Variação cambial líquida				
Financeiras líquidas				
Participação nos lucros de empresa investida por equivalência patrimonial, líquida de impostos				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social correntes				
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Resultado do exercício				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)			
	2022	2021	
Resultado do exercício			
Outros resultados abrangentes			
Parcela efetiva das mudanças no valor justo			
dos hedges de fluxo de caixa			
Resultado abrangente total			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Vidas úteis			
Vida média útil efetiva			
Edificações	20 anos	20 anos	
Máquinas e equipamentos	5 a 10 anos	2 anos	
Móveis e utensílios	5 a 15 anos	5 anos	
Informática	1 a 5 anos	3 anos	
Veículos	3 a 4 anos	2 anos	
Ativo biológico	6 a 20 anos	6 anos	

2.11. Ativos Biológicos: Os ativos biológicos referente às culturas de folha de Jabandi e Córdia são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. O ativo biológico é transferido ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda. É mensurado a valor justo de acordo com o método de fluxo de caixa descontado. Em atendimento às Normas do Pronunciamento Contábil CPC 29 - Ativo Biológico, a Companhia no ano de 2022 realizou a Revisão do Valor Justo sobre seus Ativos Biológicos localizados na unidade de Tabelários, Parnaíba PI. **2.12. Ativos Intangíveis:** i) Pesquisa e desenvolvimento: Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. ii) **Outros ativos intangíveis:** Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. iii) **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. iv) **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **2.13. Instrumentos financeiros:** i) **Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ii) **Classificação e mensuração subsequentes.** **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

CONTINUA ...

Assinado eletronicamente por:
THAYS LEAO RODRIGUES TORRES BONINI
CPF: 350.946.598-98
Data: 07/04/2023 17:54:41 -03:00

Este documento foi assinado por THAYS LEAO RODRIGUES TORRES BONINI. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinfacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/653TF-WUGCW-KEUXT-3DLKS>



ANIDRO DO BRASIL EXTRAÇÕES S.A. - CONTINUAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que do VJORA forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transações de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o reconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas. Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento. Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** O **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de **hedge** para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de **hedge** de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira. No início das relações de **hedge** designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de **hedge**. A Compa-

nia também documenta a relação econômica entre o instrumento de **hedge** e o item objeto de **hedge**, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de **hedge** e do instrumento de **hedge** compensem-se mutuamente. **Hedges de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de **hedge** de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de **hedge**. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de **hedge**, determinada com base no valor presente, desde o início do **hedge**. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de **hedge** nas relações de **hedge** de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ("**forward points**") é contabilizada separadamente como custo de **hedge** e reconhecida em uma reserva de custos de **hedge** no patrimônio líquido. Quando a transação objeto de **hedge** prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de **hedge** e o custo da reserva de **hedge** são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido. Com relação às outras transações objeto de **hedge**, o valor acumulado na reserva de **hedge** e o custo da reserva de **hedge** são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de **hedge** afetarem o resultado. Caso o **hedge** deixe de atender aos critérios de contabilidade de **hedge**, ou o instrumento de **hedge** expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de **hedge** é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilidade dos **hedges** de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de **hedge** permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de **hedge** de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros **hedges** de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de **hedge** afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de **hedge** não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de **hedge** e o custo da reserva de **hedge** são imediatamente reclassificados para o resultado. **vi) Capital Social:** As ações são classificadas como patrimônio líquido. **a) Redução ao valor recuperável (Impairment):** **i) Ativos financeiros não-derivativos:** Instrumentos financeiros e ativos contratuais: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobreativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a companhia está exposta ao risco de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuflências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Baixa: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pró-rata. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.14. Arrendamentos:** No

início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). **i) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizar os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o prazo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remunerações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento, ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alterações nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **3. Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras, quando aplicáveis, incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. Essas estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as premissas e estimativas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia. As estimativas e premissas contábeis significativas estão mencionadas a seguir: **a) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 6 - Contas a receber - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito esperada para o contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e • Nota explicativa 2 (2.10 iii) - Vidas úteis do ativo imobilizado; • Nota explicativa 8 - Ativo biológico; • Nota explicativa 13 - Recuperabilidade do intangível; e • Nota explicativa 19 - Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas; Reconhecimento e mensuração de provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos e reportes diretamente ao Diretor administrativo-financeiro. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustep de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: **Inputs**, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: **inputs**, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. • Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 18 - Instrumentos financeiros. **4. Normas, alterações e interpretações da norma.**

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022. **Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1):** As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. **Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato:** Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocado de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não foi identificado contratos onerosos. **Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido:** A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer custos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado. De acordo com as regras de transição, a Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado. **Referências à Estrutura conceitual:** As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da **IFRS 3 Business Combinations** (equivalente ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da **IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets** (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou **IFRIC 21 Levies**, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da **IAS 37** ou **IFRIC 21**, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à **IFRS 3** para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. **IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros):** A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros durante o período. **IAS 41 Agriculture - Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola):** A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da **IAS 41** de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da **IAS 41** (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da **IAS 41** ou **CPC 29** à data de relato. **b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2022:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a **IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro** que substituiu o **CPC 11 - Contratos de Seguro**), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a **IFRS 17 (CPC 50)** substituiu a **IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11)** emitida em 2005. A **IFRS 17** aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da **IFRS 17** é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da **IFRS 4**, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a **IFRS 17** fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da **IFRS 17** é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); e • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A **IFRS 17** e **CPC 50** vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a **IFRS 9** e a **IFRS 15** na mesma data ou antes da adoção inicial da **IFRS 17**. Essa norma não se aplica a Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do **IAS 1**, correlato ao **CPC 26**, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para

CONTINUA ...

Este documento foi assinado por THAYS LEAO RODRIGUES TORRES BONINI. Para validar o documento e suas assinaturas acesse

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/653TF-WUGCW-KEUXT-3DLKS>

ANIDRO DO BRASIL EXTRAÇÕES S.A. - CONTINUAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de 'estimativas contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e como desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente revisando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação:** Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

	2022	2021
5. Caixa e equivalentes de Caixa		
Caixa e bancos	3.395	443
Aplicações financeiras	-	9.588
	3.395	10.031

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, indexadas à variação do CDI de 80% a 90% do CDI em 31 de dezembro de 2022 e 2021. As aplicações permitem o resgate imediato sem encargos por antecipação. O valor resgatado é equivalente ao valor aplicado adicionado dos rendimentos líquidos de impostos até o momento do resgate. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado e de crédito e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 26.

	2022	2021
6. Contas a receber de clientes		
Mercado interno	1.966	5.213
Mercado externo	198	479
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(4)	(2)
	2.160	5.690

Em 31 de dezembro, os saldos de contas a receber estão compostos, por vencimento, como seguem:

	2022	2021
Mercado interno		
A vencer	1.709	2.226
Vencidos		
De 0 a 90 dias	257	1.913
De 91 a 360 dias	-	1.074
	1.966	5.213

	2022	2021
Mercado externo		
Vencidos		
De 0 a 90 dias	-	479
De 91 a 360 dias	198	-
	198	479

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado. A provisão para perdas de crédito esperadas foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas é assim demonstrada:

	2022	2021
Saldo inicial	(2)	(38)
(+) Adições	(2)	-
(-) Baixas	-	36
Saldo final	(4)	(2)

A despesa com constituição da provisão para perdas de crédito esperadas foi registrada na rubrica "Despesas de vendas" na demonstração do resultado do exercício. A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes', está divulgada na nota explicativa nº 18.

	2022	2021
7. Estoques		
Produtos acabados	7.512	3.818
Produtos em elaboração	7.891	3.230
Matéria-prima	6.136	5.412
	21.539	12.460

	2022	2021
11. Imobilizado		
Custo		
Terrenos	7.926	24.136
Edificações	-	6.549
Adições	-	-
Baixas	-	-
Transferências	(2.007)	1.283
Total Saldo em 31/12/2021	7.926	28.678
Saldo em 31/12/2022	7.926	28.678
Adições	4.294	5.598
Baixas	-	-
Reclassificação ativo circulante (Nota 8)	-	-
Valor justo do ativo biológico (a)	-	-
Transferências	(28.193)	17.291
Saldo em 31/12/2022	12.220	6.083

	2022	2021
8. Ativo biológico		
Jaborandi	1.472	771
Córdia	2.309	468
	3.781	1.239

(a) Em atendimento às Normas do Pronunciamento Contábil CPC 29 - Ativo Biológico, a Companhia no ano de 2022 realizou a Revisão do Valor Justo sobre seus Ativos Biológicos localizados na unidade de Tabuleiros, Parnaíba PI, parte do valor reclassificado para ANC (Ativo não circulante), conforme Laudo Técnico Revisão do Ativo Biológico. O ajuste gerou um débito no resultado do exercício, no montante de R\$3.403, na rubrica "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados", sendo R\$1.587 a crédito no Ativo Imobilizado (Nota 11) e R\$1.817 a crédito no Ativo Biológico. O ativo biológico para produção, no caso, por gerenciar as transformações biológicas das culturas de plantio, a Companhia classificou esses ativos, como ativo imobilizado e seguem as regras do CPC 27, ou seja, custo menos depreciação acumulada e eventual perda por impairment, corresponde às culturas de Jaborandi e Córdia, provenientes exclusivamente de plantas renováveis. Já os ativos biológicos consumíveis, correspondem a Córdia, neste caso, o ativo biológico é classificado no ativo circulante e seguem as regras do CPC 29, sendo mensurado ao valor justo. O Jaborandi, é um pequeno arbusto, ereto, ramificado, de cerca de 1,2m de altura, nativo da região Norte e Nordeste do Brasil, onde ocorre principalmente na vegetação do carrasco, em encostas pedregosas, desde o estado do Piauí até a Amazônia. Suas folhas têm sido utilizadas há mais de meio século principalmente para produção industrial de pilocarpina utilizadas na formulação de colírios para tratamento de glaucoma, sendo esta patologia de ampla ocorrência mundial. Devido a isso esse princípio ativo é exportado para Europa, Estados Unidos, Japão e Índia. A Córdia, é um arbusto ereto, muito ramificado, aromático, com a extremidade dos ramos um tanto pendente e hastas revestidas por casca fibrosa, nativo de quase todo Brasil, principalmente em áreas abertas da flora litorânea. É amplamente utilizada na medicina caseira, principalmente nas regiões litorâneas do Sudeste e Leste, onde é considerada anti-inflamatória, antiártica, analgésica e antiulcerogênica, também conhecida como nome popular de erva baleeira. Riscos regulatórios e ambientais: A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. Riscos de oferta e demanda: A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de seus produtos. Quando possível, a Companhia faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada. Riscos climáticos e outras: As atividades operacionais de cultivo estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura.

	2022	2021
9. Impostos a recuperar		
ICMS a recuperar	371	79
IPI a recuperar	740	413
Pis e Cofins (i)	5.231	5.053
Outros	1.497	1.084
	7.839	6.629

(i) Ganho sobre exclusão do ICMS na base do Pis e Cofins. Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), em julgamento dos recursos de embargos de declaração no Recurso Extraordinário nº 574.706, esclareceu aspectos da decisão de mérito proferida em março de 2017, deliberando que a inclusão do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins é inconstitucional. Em 28/09/2021, a Companhia recebeu o Despacho Decisório nº 26.284/2021 - Assunto: Habilitação de crédito reconhecido por Decisão judicial transitada em Julgado Cofins e Pis/Pasep. Atendido os requisitos previstos nos incisos dos artigos 100 e 101 da IN RFB nº 1.717, de 2017, foi deferido o pedido de habilitação de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado. O saldo será recuperado durante o exercício de 2023. O saldo de ativo reconhecido a recuperar e impacto no resultado estão demonstrados abaixo, vide coluna 2021.

	2022	2021
Impostos a recuperar		
Principal (Nota explicativa nº 24)	-	5.234
Selic (Nota explicativa nº 25)	-	(3.873)
Créditos Extemporâneos de Pis e Cofins: Identificado e reconhecido oportunidade tributária com foco na economia fiscal e redução da carga tributária do Pis e Cofins, período de 2017 a 2022, no valor de (R\$2.174M), o qual foi registrado a crédito da rubrica Despesas administrativas e gerais na demonstração do resultado do exercício. 10. Investimentos: A Companhia possui 50% do Capital da Parcerias Para um Mundo Melhor Consultoria Ltda., cujo investimento da Companhia é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. A movimentação do saldo segue conforme abaixo:		

	2021	Resultado de equivalência	2022
Parcerias Para um Mundo Melhor Consultoria Ltda.	523	150	673
Saldo	523	150	673

	2020	Aquisição	Resultado de equivalência	2021
Parcerias Para um Mundo Melhor Consultoria Ltda.	230	50	243	523
Saldo	230	50	243	523

Na data base de 31/12/2022, os saldos da investida são como segue:

	2022	2021
Participação percentual		
Total ativos	1.812	1.923
Capital social	1.812	1.923
Patrimônio líquido	1.346	2.761
Receita líquida	2.761	299
Lucro líquido	2.761	299

	2022	2021
11. Imobilizado		
Custo		
Terrenos	7.926	24.136
Edificações	-	6.549
Adições	-	-
Baixas	-	-
Transferências	(2.007)	1.283
Total Saldo em 31/12/2021	7.926	28.678
Saldo em 31/12/2022	7.926	28.678
Adições	4.294	5.598
Baixas	-	-
Reclassificação ativo circulante (Nota 8)	-	-
Valor justo do ativo biológico (a)	-	-
Transferências	(28.193)	17.291
Saldo em 31/12/2022	12.220	6.083

	2022	2021
Depreciação		
Terrenos	-	-
Edificações	(4.356)	(10.454)
Equipamentos	(1.203)	(1.708)
Móveis e utensílios	(5.559)	(12.162)
Veículos	(5.559)	(12.162)
Plantas portadoras	(1.642)	(2.183)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(7.201)	(14.345)

	2022	2021
Valor contábil líquido		
Em 31 de dezembro de 2021	7.926	28.678
Em 31 de dezembro de 2022	12.220	6.083

	2022	2021
12. Direito de uso		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		
Depreciação no exercício	(859)	-
Remensuração	803	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	850	(504)
Depreciação no exercício	824	-
Remensuração	(1.170)	-
Taxa média de amortização	4,96%	-

	2022	2021
13. Intangível		
Custo		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.984	37
Adições	4.796	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12.780	37
Adições	4.192	1.396
Saldo em 31 de dezembro de 2022	16.972	1.433
Depreciação		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(844)	(9)
Amortizações do exercício	(1.450)	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.294)	(12)
Amortizações do exercício	(2.409)	(166)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(4.703)	(178)
Valor contábil líquido		
Em 31 de dezembro de 2021	10.486	25
Em 31 de dezembro de 2022	12.269	1.255

(a) Em 2022 e 2021, a Companhia investiu em Projetos Inovadores Fitoterápico na unidade de Campinas (Centroflora Inova) no desenvolvimento de um insumo farmacêutico ativo vegetal (IFAV) de *Stachytarpheta cayennensis* (Rich.) Vahl (extrato seco), conhecida popularmente como gervão, que é uma espécie subarbutiva pertencente à família das Verbenaceae, que na produção de um fitoterápico para tratamento de vitiligo. Para a produção do extrato vegetal é utilizada a parte aérea da planta, composta por ramos, folhas e inflorescências. Os marcadores químicos são: Ipolamida, Verbascosídeo e Isoverbascosídeo. Os parâmetros da droga vegetal (planta seca) incluem níveis máximos de umidade, cinzas totais e insolúveis. A intenção do projeto primeiramente é abrange o mercado Indiano e posteriormente o mercado Europeu. Atualmente serão iniciados os Estudos Clínicos Fase 2 na Índia e Fase 1 na Europa. A produção em escala industrial está prevista para o ano de 2023 a 2024. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas. **Perda ("impairment") do ativo intangível:** Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade (impairment) dos saldos de intangíveis, substancialmente representados por desenvolvimento e registro de produtos, sempre que praticável, por meio do método de fluxo de caixa descontado, considerando dentre outros aspectos: (i) Premissas de geração futura de receitas, fundamentadas nos tamanhos dos mercados (atual e previsto), e na participação de mercado que a Companhia espera atingir. (ii) Estimativas dos custos diretos e indiretos de fabricação. (iii) Gastos associados à comercialização, tais como, despesas de marketing, comissões e fretes e armazenagens. O exercício das projeções abrange cinco ou mais anos, a partir da data estimada de lançamento dos produtos e estimativa do ciclo de vida do produto, desenvolvimento de mercado e grau de inovação tecnológica associada. O registro de provisões é feito quando o valor de recuperação (valor presente líquido do fluxo de caixa) for inferior ao valor do ativo registrado, de acordo com a política contábil da Companhia. A avaliação sobre a recuperabilidade dos saldos leva em consideração aspectos estratégico, técnicos e de mercado.

	2022	2021
14. Fornecedores		
Fornecedores - Mercado interno	3.125	5.748
Fornecedores - Mercado externo (nota 26 (ii))	501	284
	3.626	6.032

	2022	2021
15. Empréstimos e financiamentos		
Modalidade		
Capital de giro	R\$ 15,00%	2023 10.204 17.315
PPE - Pré pagamento exportação	USD 6,50%	2025 13.043 9.588
Adiantamento de contrato de câmbio	USD 9,00%	2023 3.652 5.581
CPR - Cédula de Produtor Rural	R\$ 4,50%	2024 5.833 -
		32.732 32.484

	2022	2021
Circulante	17.984	26.179
Não Circulante	14.748	6.305

As parcelas vencíveis no longo prazo, deduzidas as amortizações das despesas com colocação de títulos, apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	2022	2021
2023	17.984	-
2024	12.139	-
2025	2.609	-
	32.732	32.484

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento ("FCF")

	2022	2021
Saldo inicial	32.484	50.286
Captação de empréstimos	49.856	17.120
Pagamento de empréstimos	(52.006)	(35.613)
Juros sobre pagamento de empréstimos e financiamentos	(2.157)	(1.185)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	4.555	1.876
Sado final	32.732	32.484

Obrigações contratuais: A Companhia não possui cláusulas restritivas que envolvam restrições de pagamentos, limitação de concessão de garantia sobre ativos e manutenção de certos indicadores financeiros. **Garantias:** As garantias oferecidas pela Companhia para adiantamentos de contratos de câmbio e linhas de exportações, aval dos sócios e imóveis.

	2022	2021
16. Parcelamento de tributos		
Parcelamento Lei 11.941/2009 (a)	1.849	3.574
ICMS (b)	-	865
IPI (c)	637	-
	2.486	4.439
Circulante	1.648	2.234
Não Circulante	838	2.205

(a) Parcelamento Lei 11.941/2009: A Companhia optou em 27 de agosto de 2009 ao parcelamento de tributos (IRPJ e CSLL) em atraso, viabilizado pela Lei 11.941/2009 (Novo REFIS), cujo processo de consolidação pela Receita Federal do Brasil foi concluído em junho de 2011, optando pelo parcelamento em 180 meses. (b) ICMS: No exercício de 2013, a Companhia aderiu à opção pelo Programa Especial de Parcelamento - PEP para o parcelamento do tributo ICMS em 120 parcelas e demais pedidos de parcelamento de débitos fiscais de ICMS não inscritos na Dívida Ativa em parcelas de 12 e 36 meses. (c) IPI: No exercício de 2022, a Companhia optou ao parcelamento Simplificado para IPI em 60 parcelas.

17. Adiantamento de clientes: O saldo, em sua totalidade, refere-se a pagamento antecipado pelo cliente C-Squared PHARMA Limited, referentes a lotes de pilocarpina produzidos e a produzir relativos à campanha de 2022. Parte desses lotes não foram entregues dentro do exercício de 2022, e estão programados para serem entregues durante o exercício de 2023. **18. Passivo de arrendamento:** A Companhia considera como passivo de arrendamento os contratos de locação predial de suas unidades. A movimentação durante o exercício de 2022 e 2021 é apresentada da seguinte:

	2022	2021
Em 31 de dezembro de 2020		
Remensuração	803	-
Pagamentos	(832)	-
Juros apropriados	47	-
Em 31 de dezembro de 2021	1.111	8

ANIDRO DO BRASIL EXTRAÇÕES S.A. - CONTINUAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

	Saldo em 31/12/2020	Reconhecimento no resultado	Reconhecimento no patrimônio líquido	Saldo em 31/12/2021	Reconhecimento no resultado	Saldo em 31/12/2022
Ativo fiscal diferido						
Hedge accounting	1.509	-	(1.509)	-	-	-
	1.509	-	(1.509)	-	-	-
Passivo fiscal diferido						
Custo atribuído	(5.773)	198	-	(5.575)	118	(5.457)
Valor justo dos ativos biológicos	(1.171)	-	-	(1.171)	1.171	-
Variações cambiais (regime de caixa)	67	(166)	-	(99)	167	68
Instrumentos financeiros derivativos	(677)	379	-	(298)	298	-
Depreciação acelerada	-	-	-	-	(152)	(152)
Projeto API (Saldo Lei do Bem)	(5.428)	(913)	-	(6.341)	238	(6.103)
	(11.982)	(502)	-	(13.484)	1.840	-
Total líquido	(11.474)	(501)	(1.509)	(13.484)	1.840	(11.644)

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2022	2021
Resultado antes dos impostos	1.860	10.320
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(632)	(3.509)
Diferenças permanentes	-	-
Lei do Bem	1.367	574
Subvenções e doações	1.381	-
Outras	(960)	(882)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	1.756	(3.817)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(84)	(3.315)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.840	(502)

Alíquota fiscal efetiva -94% 37%

22. Patrimônio líquido. a) **Capital social:** O capital social está representado por 43.790.196 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado e (em moeda corrente nacional) é de R\$44.305.723,84. b) **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, conforme deliberação dos acionistas (em moeda corrente nacional) é de R\$1.066.480,25. c) **Ajustes de avaliação patrimonial:** Efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado de bens próprios em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 e Interpretação Técnica IPC 10 na data de transição (1º de janeiro de 2009), deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem; (em moeda corrente nacional) é de R\$10.592.664,07. d) **Reserva de Subvenção:** A Companhia, conforme Decreto nº 12.268, de 22 de abril de 2021, da Prefeitura Municipal de Botucatu, obteve permissão do uso de bem imóvel naquela cidade, por tempo indeterminado, posteriormente regulamentada através do "Termo de Permissão de Uso", datado de 4 de maio de 2021. Em 24 de Junho de 2022, houve o Registro efetivo da Doação, assim a obrigação de registro do valor da subvenção/doação em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei 6.404/1976, que somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízos - desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros (com exceção da reserva legal) ou aumento do capital social. Ademais, a reserva não poderá ser utilizada para restituição de capital aos sócios/titular ou integração à base de cálculo dos dividendos obrigatórios. Dessa forma, caso seja dada destinação diversa à prevista, haverá a tributação da doação (em moeda corrente nacional) é de R\$4.063.174,00. e) **Reserva de lucros:** A administração propõe que o lucro do exercício não seja distribuído e fique retido na Companhia, para investimentos durante o exercício de 2023. Tal proposição e sua ratificação pelos acionistas, bem como o detalhamento dos investimentos serão apreciados pelos acionistas em Assembleia Geral dos Acionistas (AGO). **23. Receita operacional líquida:** As receitas operacionais da Companhia são compostas pela comercialização de produtos farmacêuticos. Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2022	2021		
Receita operacional bruta				
Vendas de produtos	82.882	88.045		
Deduções da receita bruta				
Devoluções e abatimentos	(1.303)	(639)		
Impostos incidentes sobre vendas	(11.949)	(10.713)		
Receita líquida de vendas	69.630	76.693		
Abertura por natureza e localidade				
	2022			
	Extratos	Pharma - IFA	Serviços	Total
Mercado interno				
Brasil	33.782	-	12.894	46.676
Mercado externo				
Argentina	251	-	-	251
Irlanda	-	20.685	-	20.685
Suíça	-	2.016	-	2.016
Uruguai	2	-	-	2
Total da receita líquida	34.035	22.701	12.894	69.630
	2021			
	Extratos	Pharma - IFA	Serviços	Total
Mercado interno				
Brasil	37.973	-	3.420	41.393
Mercado externo				
Luxemburgo	-	35.026	-	35.026
Estados Unidos	-	-	274	274
Total da receita líquida	37.973	35.026	3.694	76.693

Contas a receber no exterior (nota 6)
Fornecedores (nota 14)
Empréstimos e financiamentos (nota 15)
Exposição cambial líquida
Derivativos liquidados no mês subsequente ao fechamento (**)
Exposição cambial líquida, ajustada em 31.12.2022 (**)
Exposição cambial líquida, ajustada em 31.12.2021 (***)
(*) Liquidação pela PTAX do último dia do mês do fechamento. (**) A exposição cambial líquida ajustada, será substancialmente compensada futuramente com receitas altamente prováveis de exportação de produtos. **Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, aná-

lise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, exigência de carta de crédito de bancos de primeira linha e captação de garantias reais sobre créditos concedidos. A Administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela perda estimada para créditos de liquidação duvidosa. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração da Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa, é mitigado através da distribuição conservadora dos fundos de investimentos e CDBs (Nota 9) que compõe a rubrica. A distribuição segue critérios rígidos de alocação e exposição às contrapartes, que são os principais bancos nacionais e internacionais considerados, na sua maioria, como Grau de investimento pelas agências internacionais de rating. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Como parte do processo de gerenciamento de liquidez, a Administração prepara planos de negócios e monitora sua execução, discutindo os riscos positivos e negativos de fluxo de caixa e avaliando a disponibilidade de recursos financeiros para suportar suas operações, investimentos e necessidades de refinanciamento. A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros contratados por faixas de vencimentos:

	2022	2021
Matéria prima, insumos e materiais de uso e consumo	(10.174)	(16.320)
Gastos com pessoal	(17.724)	(14.798)
Depreciações e amortizações	(7.392)	(5.586)
Energia elétrica, água e telefone	(4.012)	(3.432)
Despesas de viagem	(1.148)	(555)
Serviços de terceiros	(17.353)	(14.873)
Provisões	(451)	(409)
Outras despesas	(575)	(675)
Outros custos	(3.968)	(2.723)
Outras receitas (despesas) operacionais	765	197
Ganho crédito reintegra	346	393
Ganho s/ Crédito Excluído do ICMS na base Pis e Cofins	-	3.873
Ganho s/ Crédito Extemporâneo Pis e Cofins	2.174	-
Doações e subvenções	4.063	-
Valor justo do ativo biológico	(3.404)	-
Ir e Cs para maior	242	-
Ganho na alienação de investimento	-	1.690
	(58.611)	(53.218)

Classificados como:
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados (57.754) (49.228)
Despesas comerciais (1.404) (1.274)
Despesas administrativas e gerais (8.426) (8.770)
Outras receitas (despesas) operacionais -8.973 -6.154
(58.611) (53.218)

25. Resultado financeiro
Receitas financeiras
Descontos obtidos 3 105
Juros, rendimentos e recuperações bancárias 528 290
Instrumentos financeiros derivativos - 166
Atualização financeira crédito extemporâneo Pis e Cofins - 1.360
Despesas financeiras
Descontos concedidos (2.378) (1.113)
Despesas bancárias (1.349) (2.490)
Juros passivos (7.348) (3.297)
Despesas Financeiras diversas - (16)
Varição Cambial
Varição cambial ativa 10.299 6.547
Varição cambial passiva (9.065) (14.950)
(9.310) (13.398)
531 1.922
Receitas financeiras (11.075) (6.916)
Despesas financeiras (1.234) (8.403)
Varição cambial, líquida **(9.310) (13.398)**

26. Instrumentos financeiros. Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de suas operações, as quais são equalizadas e administradas por meio de determinados instrumentos financeiros: • Risco de preço; • Risco de taxa de câmbio; • Risco de crédito; e • Risco de liquidez. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. **Risco de preço:** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se a movimentos de preços de matérias primas. **Risco de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio utilizadas pela Companhia para a receita de exportações, importações, fluxos de dívida e outros ativos e passivos em moeda estrangeira. A Companhia utiliza operações de derivativos para gerar os riscos de fluxo de caixa advindos das receitas com exportação denominadas em dólares norte-americanos, líquido dos demais fluxos de caixa também denominados em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resumo dos dados quantitativos sobre a exposição contábil de risco cambial da Companhia está apresentado abaixo:

	2022	2021
Contas a receber no exterior (nota 6)	198	39
Fornecedores (nota 14)	501	98
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	16.695	3.262
Exposição cambial líquida	17.394	3.399
Derivativos liquidados no mês subsequente ao fechamento (**)	-	3.399
Exposição cambial líquida, ajustada em 31.12.2022 (**)	-	3.399
Exposição cambial líquida, ajustada em 31.12.2021 (***)	-	2.855

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outros assuntos. Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 23 de março de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Ativos financeiros
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicação financeira (nota 5)
Aplicações financeiras
Contas a receber de clientes (nota 6)

	2022	2021
Até 1 ano	17.984	12.139
Até 2 anos	3.626	2.609
De 3 a 5 anos	2.609	32.732
Total	36.258	32.484

Gestão de capital: A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de lucro para os acionistas. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Companhia para com terceiros em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentada a seguir:

	2022	2021
Total do passivo	88.617	83.599
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	3.395	10.031
Dívida líquida (A)	85.222	73.568
Total do patrimônio líquido (B)	65.674	63.775

Capital de terceiros
Empréstimos e financiamentos (nota 15) 32.732 32.484
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5) 3.395 10.031
29.337 22.453

Capital próprio
Patrimônio líquido (nota 22) 65.674 63.775
65.674 63.775
95.011 86.228
31% 26%

Ativos financeiros
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicação financeira (nota 5)
Aplicações financeiras
Contas a receber de clientes (nota 6)

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicação financeira (nota 5)	3.395	443
Aplicações financeiras	-	9.588
Contas a receber de clientes (nota 6)	2.160	5.690
	5.555	15.721

Passivo financeiro
Empréstimos e financiamentos (nota 15)
Fornecedores (nota 14)

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	32.732	32.484
Fornecedores	(3.626)	(6.032)
	(36.358)	(38.516)

Hierarquia de valor justo: A Companhia classificou todos os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo (que são equivalentes ao valor contábil), como nível 1 (preços negociados, sem ajustes, em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **Análise de sensibilidade:** Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade do valor justo dos instrumentos financeiros de acordo com os tipos de risco considerados relevantes pela Companhia. i) **Premissas sensibilidade nas taxas de juros:** Em 31 de dezembro de 2022, o cenário provável considera a taxa média (10%) ponderada anual de juros pós-fixados dos empréstimos e financiamentos da Companhia, e para as aplicações financeiras, o CDI (6,50%) acumulado realizado dos últimos 12 meses. Em ambos os casos, foram realizadas simulações com aumento e redução de 25% e 50%. Os resultados consolidados dessa sensibilidade estão apresentados a seguir:

	2022			
	Cenário provável	Cenário possível +25%	Cenário possível -25%	Cenário possível -50%
Empréstimos e financiamentos	32.732	40.915	49.098	16.366
Impacto líquido do resultado	32.732	8.183	16.366	(8.183)

31 de dezembro de 2022
Contas a receber no exterior 198 248 297 149 99
Fornecedores 501 626 752 376 215
Empréstimos e financiamentos 16.695 20.869 25.043 12.521 8.348
Impacto no resultado do exercício 17.394 4.349 8.697 (4.349) (8.697)
Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia gerencia esse risco através de instrumentos financeiros derivativos, que procura minimizar a variação entre o dólar americano e o real. São operações de "put", de curto prazo e estão mensuradas para atender as necessidades reais desfeitas, de recursos. No ano de 2022, a Companhia realizou a liquidação total dos contratos de instrumentos financeiros derivativos, e não designou um novo ou renovação contratual. Assim, não há saldo de envolvimento sobre as posições dos contratos a termo de moedas e Swap em aberto em 31 de dezembro de 2022, abaixo para efeito comparativo com o ano de 2021, o quadro por vencimento, bem como as taxas médias ponderadas e o valor justo, são demonstrados:

	Notional R\$	Prazo	2022	2021
Instrumentos financeiros derivativos ativo				
Tipo da operação				
SWAP	1.931	15/03/2022	-	439
SWAP	1.931	12/09/2022	-	439
Total				878
Ativo circulante				878
Ativo não circulante				-

27. Seguros: A Companhia possui cobertura de seguros, cuja descrição e valores limitados encontram-se a seguir:
Bens Segurados
Prédios e conteúdos -Botucatu e Paranaíba
Prédios locados - Campinas
Responsabilidades

	Moeda	2022	2021
Eventos climáticos, danos elétricos, roubo, danos prediais e danos equipamentos	R\$	10.200	10.200
Seguro Fiança Locatícia - Inadimplência de Aluguel	R\$	465	265
Responsabilidade civil geral, administradores e Diretores (D&O)	R\$	45.000	45.000
Colisão, responsabilidade civil	R\$	200	200
Danos elétricos, roubo, responsabilidade civil equipamentos	R\$	223	193
		56.088	55.858

28. Benefícios a empregados: A Companhia concede benefícios a seus empregados de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as políticas internas. Esses benefícios são concedidos apenas a funcionários ativos e não se referem a direito adquirido. Os benefícios concedidos são os seguintes:
Benefícios a empregados
Participação nos lucros e resultados 959 1.376
Cartão alimentação 637 450
Cartão combustível 608 388
Assistência médica e odontológica 1.352 1.169
Bolsa de estudos 67 56
Seguro pessoal 86 53
Ajuda de custo 81 4
Total **3.790 3.496**

Esses benefícios foram apropriados aos resultados nas rubricas "Custo dos produtos e serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".
DIRETORIA
PETER MARTIN ANDERSEN - Presidente Executivo
MICHAEL CHRISTIAN ANDERSEN - Diretor Executivo
MARÇAL JOSÉ JUNQUEIRA - Diretor Administrativo e Financeiro
CONTADOR
RONALDO MAGRINI
CRC: I-SP 261159/O-9

ANIDRO DO BRASIL EXTRAÇÕES S.A. - CONTINUAÇÃO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira

compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 23 de março de 2023.
ERNST & YOUNG
AUDITORES INDEPENDENTES S/S LTDA.
CRC-SP027623/F
MARCOS ROBERTO SPONCHIADO - Contador
CRC- I-SP 175536/O-5

operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira





MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 653TF-WUGCW-KEUXT-3DLKS

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ THAYS LEAO RODRIGUES TORRES BONINI (CPF 350.946.598-98) em 07/04/2023 17:54 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
177.45.111.115	Lat: -21,668065 Long: -49,757541
	Precisão: 1919 (metros)
Autenticação	contato@leianoticias.com.br (Verificado)
Login	
yAm9qjh7SKh2g2KFtBxvkvZFy5VAG/EfZKc+suhVlu4=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/653TF-WUGCW-KEUXT-3DLKS>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate>